CADERNO ESPECIAL
Fé e Cidadania

O SÃO PAULO
Edição 42
11 de novembro de 2026

Use o QRCode para acessar o Caderno Fé e Cidadania na internet, com mais artigos e *links* citados.

O valor espiritual das obras sociais da Igreja

O ano de 2026 foi marcado por grandes acontecimentos, que podem ter nos maravilhado ou nos amedrontado. Mas a vida cristã é feita principalmente a partir daqueles pequenos passos cotidianos, que damos com amor e fidelidade, muitas vezes com grandes custos, quase sempre cientes da grande desproporção entre aquilo que fazemos e aquilo a que nos sentimos chamados. Assim, encerramos os Cadernos Fé e Cidadania deste ano com uma reflexão sobre a caridade e as obras sociais da Igreja, pois nelas se manifesta aquele grande amor que, ao final, triunfará sobre toda a adversidade.

Arte: Sergio Ricciuto Conte



Frei Rogério Lima, O. Carm.*

O dinamismo das atividades sociais presente de inúmeras formas na Igreja Católica costumeiramente designada por "obras sociais" e/ou "pastoral social" pode vir a ser interpretado como uma abordagem pastoral especificamente filantrópica ou sociológica. Todavia, no âmbito de um legítimo e conhecido discernimento teológico eclesial, as obras sociais ultrapassam a dimensão do necessário apoio e suporte material aos mais vulneráveis e necessitados, perfilando-se como uma magnífica expressão de fé e uma fonte fundamental de autêntica comunhão com Deus, que se irmanou como ser humano para nos divinizar: Teologia da Encarnação (cf. Fl 2,6-7 e 1Cor 13).

Muitas são as referências que poderíamos usar para sustentar e aprofundar tal argumentação. No entanto, recorremos diretamente ao Papa Leão XIV, que em sua encíclica *Magnifica humanitas*, fundamenta os princípios da Doutrina Social da Igreja para o nosso momento atual. Os capítulos III e V sublinham a questão desafiante das tecnologias e o necessário confronto de seus avanços. O alerta importante é o contraste dominante da "cultura do poder" e a defesa dos mais "necessitados e vulneráveis". É um forte alerta para a necessidade urgente de combater a crescente desumanização.

Portanto, as obras sociais não constituem um apêndice ou uma estratégia social da missão evangelizadora aplicada; enraízam-se no próprio núcleo central de nossa fé: a Páscoa Redentora de Jesus. Elas revelam o valor espiritual profundo, expresso em cada gesto de solidariedade e redefinindo a relação íntima de cada ser humano com Deus, revelado em Jesus e continuado em todos nós, expressão de vidas que foram alcançadas por este amor.

A sustentação teológica dessa dinâmica se assenta na própria "Encarnação do Verbo". Ao tomar sobre Si a condição humana, Jesus Cristo assemelhou-se de forma "inegável" aos mais vulneráveis. Na famosa passagem bíblica sobre o Juízo Final, de Mt 25,40, afirma grandemente: "Todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizestes". Tal proclamação transforma radicalmente a compreensão das obras sociais como expressão e prática da caridade. O necessitado e o vulnerável deixam de ser receptores de ajuda e esmola e passam a ser o próprio Cristo sacramentado e presente na trama de nossa história. Portanto, o serviço aos marginalizados não é uma obrigação moral externa, mas um autêntico encontro litúrgico e teológico; ao tocar as feridas e dores dos necessitados, o cristão toca as próprias chagas do Salvador.

O Papa Francisco, na encíclica *Fratelli tutti*, reforçou que a espiritualidade cristã não se desenvolve no isolamento ou no intimismo estéril, mas amadurece na medida em que o/a discípulo/a seguidor/a de Cristo sai de si ao encontro do outro. A caridade articulada (obras sociais) e as outras iniciativas sociais de nossa Igreja e das outras comunidades funcionam como um percurso de santificação, no qual o egoísmo é continuamente transformado pelo incessante amor divino, que nos impele a uma entrega desinteressada pelo próximo. Sob a perspectiva de uma vida interior, a participação ou o apoio às obras sociais purifica nossa espiritualidade. Uma oração que não se exprime em atitudes concretas de justiça e misericórdia pode incorrer no risco de se tornar um monólogo que nos encerra em nós mesmos. Por conseguinte, quando o sofrimento do próximo é compartilhado, a oração alcança densidade encarnada, transformando-se em intercessão viva.

As obras sociais da Igreja possuem um valor espiritual irrevogável por delinear-se um lugar teológico da manifestação do amor divino. Elas lembram a cada cristão que a fé sem obras é morta (cf. Tg 2,17) e que a verdadeira intimidade com Deus se mede pela fidelidade ao mandamento do amor. Ao estender a mão ao ser humano necessitado, o discípulo de Cristo não apenas transforma a realidade secular, mas permite que o próprio Deus dilate seu coração, antecipando no tempo presente as primícias do Reino dos Céus.

*Assistente Eclesiástico da ACN Brasil

A caridade se faz obra e transforma a realidade

As obras que nascem da caridade são a forma concreta pela qual os esforços coletivos do povo cristão, em favor das pessoas e do bem comum, ganham consistência a cada época. Realidades humanas, marcadas pelas contradições de cada um e pelos condicionamentos de seu tempo, estão longe da perfeição, mas, quando nascem do espírito cristão, estão entre as mais ricas e criativas manifestações do amor social.

Imagem gerada por IA (Microsoft Copilot)



Francisco Borba Ribeiro Neto*

Na *Dilexi te*, Leão XIV escreve: "A caridade é uma força que muda a realidade, um autêntico poder histórico de transformação. Esta é a fonte da qual deve nutrir-se todo o compromisso para resolver as causas estruturais da pobreza" (DT 91). Essa afirmação lança um dos maiores desafios que a fé cristã pode receber na história. Temos a ilusão de que é o poder, e não o amor, que molda a realidade. De fato, a força pode impor uma ordem social, mas não constrói um mundo melhor, apenas impõe a vontade de poucos. As construções que nascem do amor gratuito podem parecer frágeis, aptas a socorrer casos pontuais, mas impotentes perante as estruturas. Contudo, os avanços históricos mais perenes em prol do bem comum nascem do efeito cumulativo de inúmeros gestos de amor ao próximo — alguns extraordinários, outros tão discretos que passam despercebidos.

Inscrito na natureza humana. A empatia e a solidariedade são imperativos fundantes da condição humana. Longe de serem meras convenções sociais ou exclusividades confessionais, a capacidade de ressonância afetiva e o impulso altruísta de aliviar o sofrimento alheio estão enraizados em nossa biologia e história. A própria sobrevivência de nossa espécie dependeu da cooperação social e de mecanismos cerebrais que faziam da dor do outro algo reconhecível como próprio.

Mesmo na contemporaneidade, marcada pelo individualismo e pelas lógicas de desempenho, o voluntariado não apenas persiste, mas ganha nova intensidade como vetor de sentido e restauração do tecido social. Multiplicam-se experiências que vão de compromissos assistenciais estruturados a engajamentos episódicos ou virtuais. Embora às vezes exponham contradições – como a busca por reputação ou o alívio de consciência –, atestam a irredutibilidade do impulso de conectar-se com o outro.

Segundo o Programa de Voluntários das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, mais de 1 bilhão de pessoas fazem trabalho voluntário anualmente no mundo, o equivalente a 109 milhões de trabalhadores em tempo integral (2,4% do PIB global). No Brasil, a PNAD Contínua (IBGE) aponta 7,3 milhões de voluntários em 2022 (4,2% das pessoas de 14 anos ou mais); a pesquisa *Voluntariado no Brasil* (Datafolha/IDIS) indica que 60% da população já realizou trabalho voluntário.

Contudo, a consciência do bem ao próximo está frequentemente associada à experiência religiosa e os dados atuais confirmam o vínculo: no Brasil, 60% dos doadores a instituições apontam "minha religião prega a caridade" como motivo importante para doar e 32% das doações institucionais vão para organizações ligadas a igrejas (Pesquisa Doação Brasil 2020, IDIS); nos Estados Unidos, 45% dos americanos muito religiosos – que rezam diariamente e frequentam o culto toda semana – haviam feito trabalho voluntário na semana anterior, contra 28% dos demais (Pew Research Center, 2016). O ser humano percebe, ainda que de forma confusa, que sua vida é um dom recebido de um Outro e que, como recebeu, também deve dar. Ao praticar o bem, experimenta uma satisfação que o convence de ter feito o certo.

O impacto da gratuidade. No Egito Antigo, socorrer o faminto, o nu e o desabrigado dava mérito perante a eternidade. Na Mesopotâmia, o Código de Hamurabi justificava-se como missão divina para impedir que o forte reprimisse o fraco. Na Roma antiga, a ajuda aos pobres era menos uma obrigação para com o necessitado do que um instrumento de ordem política e de prestígio social. Havia muitas ações de beneficência, mas que quase sempre beneficiava os que doavam e retornavam como fidelidade, votos e honra pública. Em geral, a solidariedade se restringia aos pares. O apoio ao estrangeiro exigia um chamado especial, como a proteção à hospitalidade dada por *Zeus Xênios*, na Grécia, ou as admoestações do Antigo

Testamento (cf. Lv 19,33-34).

Nesse cenário, a caridade cristã provocou uma ruptura radical. Cristo mandou amar sem esperar retribuição (Lc 6,35) e acolher os marginalizados (Lc 14,12–14), identificou-se com o necessitado (Mt 25,31–46) e universalizou o socorro na parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25–37). As comunidades primitivas partilhavam bens (At 2,44–45; 4,32–35), Paulo pediu que se fizesse o bem a todos (Gl 6,10) e as epístolas de João e Tiago vincularam fé e obras (1Jo 4,20; Tg 2,18). Séculos depois, o imperador Juliano (361–363) queixava-se de que os cristãos sustentavam não só seus pobres, mas também os dos pagãos.

Na fé cristã, fazer o bem não é apenas tendência natural, sujeita aos humores do temperamento, nem só obrigação moral: é ato de amor no qual a pessoa se realiza. Bento XVI explica, na *Deus caritas est*, que o amor ao próximo une inteligência, vontade e sentimento (DCE 17), tornando-se possível porque antes foi recebido de Deus (DCE 14; 18).

Um pouco de história. Na Idade Média, o mandamento da caridade estruturou a assistência social, transformando virtude pessoal em instituição comunitária. A ação caritativa ligava ricos e pobres em reciprocidade espiritual: os doadores purificavam a alma; os assistidos oravam. A Igreja canalizava legados e dízimos para criar os *hospitia*, abrigos para peregrinos e necessitados. Essa rede apoiava-se em mosteiros, ordens mendicantes, confrarias leigas e hospitais. Com o crescimento urbano a partir do século XI, os hospitais medievais ofereciam acolhimento, refeições e assistência espiritual, e as confrarias asseguravam auxílio mútuo, dotes e sepultamentos dignos. Essas experiências podem ser criticadas hoje, em função de nossa visão contemporânea de mundo, mas permitiram, dentro da mentalidade da época, assistir pobres e marginalizados.

Na Modernidade, a partir do século XIV, o amparo social migrou da caridade espiritual para o ordenamento público, com disciplina e profissionalização. O Estado moderno passou a encarar a pobreza pela ótica da utilidade pública e da ordem urbana. Nos séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial e o Estado liberal consolidaram a gestão da pobreza como campo técnico-administrativo. Em todo o Ocidente, órgãos públicos ou controlados pelo Estado assumiram gradualmente a assistência social. Foi um avanço na responsabilização do Estado pelo bem do povo, mas também deslocou o bem comum da caridade e do protagonismo social para a política e as lutas de poder.

No século XX, a assistência estatal não eliminou a ação comunitária, mas preparou o Terceiro Setor contemporâneo. Diante dos limites fiscais e burocráticos do Estado social – responsável por direitos básicos, justiça social e bem-estar – a polarização entre serviço público e beneficência cedeu espaço a um ecossistema de organizações sociais. Ele preserva a mobilização solidária e a proximidade territorial, mas adota a exigência moderna de profissionalização, planejamento, métricas de impacto e transparência. Sob o princípio da subsidiariedade, o Estado passa a regular e financiar por meio de parcerias, devolvendo o cuidado social à sociedade civil como campo estruturado de direitos.

No momento atual. O crescimento desse Terceiro Setor no final do século XX coincidiu com a crise do Estado social e dos movimentos políticos de massa. A pressão neoliberal, o endividamento público e a reestruturação fabril expuseram a rigidez burocrática do Estado, enquanto o fim do bloco soviético e o desgaste das narrativas revolucionárias esvaziaram partidos e sindicatos. Diante de governos que se propunham a realizar políticas sociais mais justas e igualitárias, não havia mais a expectativa de esperar por uma sociedade futura ideal: tornou-se urgente fazer o bem comum acontecer no presente.

Nesse contexto, o diferencial do Terceiro Setor foi gerar transformações locais imediatas, mensuráveis e recompensadoras, a partir da visão de pessoas e realidades transformadas, sem depender da tomada do poder estatal. Ao absorver as pautas dos direitos humanos, da ecologia e da diversidade, essas organizações apresentaram metodologias, metas e auditorias exigidas pela nova governança global. Essa transição fortaleceu a democracia participativa e alavancou uma nova forma de militância.

Por outro lado, essa dinâmica revelou limites estruturais severos. A adesão rígida a editais e metas quantitativas trouxe o risco de tecnocratizar demandas e esvaziar politicamente as lutas sociais. Muitos governos usaram o setor como solução barata para deveres públicos, enquanto a dependência de doadores comprometeu a autonomia crítica das organizações.

O aprendizado fundamental desse processo é que eficiência técnica e solidariedade não se excluem, mas exigem um horizonte ético, comunitário e político permanente.

Uma riqueza presente. Diante desse quadro, as obras sociais da Igreja e o espírito que as anima não são arcaísmos pré-modernos, mas exigem atualização constante. Sua contribuição não se limita a atender necessidades específicas: é um modo de ser que pode enriquecer a todos.

Sua maior contribuição é tornar a caridade visível nas realidades mais desafiadoras. A sabedoria cristã desenvolveu, ao longo dos séculos, um modo de ser e fazer que corresponde ao desejo humano de bem – possível a partir da experiência de saber-se amado por Deus. Esse espírito exige conversão diária e abertura para deixar-se corrigir pela realidade e pelos companheiros e busca da satisfação no amor recebido, não nos êxitos conseguidos.

Existem porém, desafios a serem superados pelas obras católicas. Quando o trabalho depende de financiamentos públicos ou benfeitores, é preciso usar os recursos com transparência, permitir auditorias e tornar públicos os resultados. A profissionalização traz ao voluntariado o desafio da eficiência e do conhecimento técnico; a gratuidade a inspira e lhe dá um horizonte mais profundo e humano, mas não a descarta.

Contrariando a ideia de que o Estado é o motor do bem comum, a Doutrina Social da Igreja defende que o verdadeiro protagonismo reside nas iniciativas solidárias da sociedade civil organizada, cabendo ao Estado apoiar, orientar, financiar e fiscalizar, conforme as necessidades. Essa inversão valoriza a criatividade e a participação, permitindo soluções mais eficientes e humanizadas.

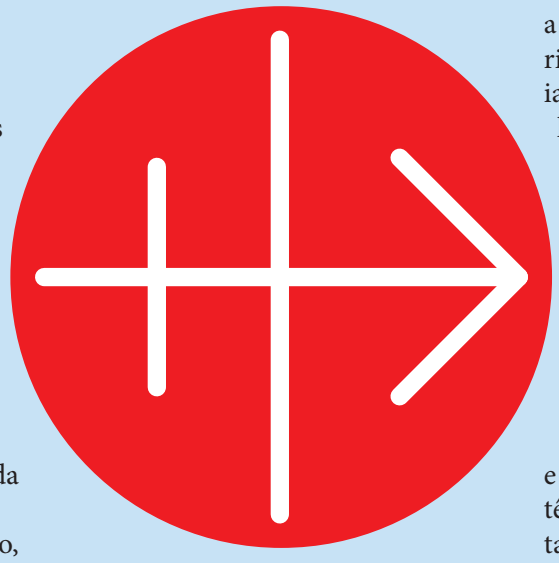
Toda essa riqueza, contudo, pode se perder se as obras não forem abertas ao diálogo e ao encontro com toda a sociedade. Divisões partidárias e preconceitos podem levá-las a se fechar em uma bolha autorreferenciada, capaz de fazer coisas belas, mas desconhecidas e vistas com desconfiança.

*Sociólogo e biólogo, editor dos *Cadernos Fé e Cultura* e *Fé e Cidadania* do jornal **O SÃO PAULO**

ACN: de um apelo de reconciliação a uma rede mundial de caridade

A ACN - Ajuda à Igreja que Sofre* (Aid to the Church in Need) *é uma fundação pontifícia que apoia e sustenta obras católicas em todo o mundo. A reflexão presente nesta edição do* Caderno Fé e Cidadania *não teria sido possível sem instituições como ela, sem voluntários e benfeitores como os que a apoiam. É o trabalho concreto de todos esses nossos irmãos de fé que, nas dificuldades do mundo, dá carne ao amor gratuito que recebemos do próprio Cristo.

Redação



Em 1947, no Natal, dois anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o padre neerlandês Werenfried van Straaten publicou o artigo "Não há lugar na hospedaria". Pedia aos belgas e neerlandeses, ainda de luto pelos seus mortos, que socorressem os milhões de alemães expulsos de suas terras no Leste, entre eles cerca de 3 mil sacerdotes. Daí o nome original da obra, "Ajuda aos Padres do Leste".

A iniciativa teve grande sucesso, extrapolou a Alemanha e passou a amparar a Igreja perseguida e necessitada em todo o mundo. Ganhou o nome "Ajuda à Igreja que Sofre" (*Aid to the Church in Need*, ACN) e, desde 2011, é uma fundação pontifícia. Hoje, atua por meio de uma rede internacional de escritórios e benfeitores. Em 2025, apoiou 5.368 projetos em 141 países, graças à generosidade de 363.176 benfeitores, sem receber verbas governamentais. Sua atuação combina ajuda material, formação, evangelização e assistência emergencial, sendo particularmente importante em regiões de guerra e perseguição religiosa.

Na Ucrânia, por exemplo, a Fundação financia projetos de assistência pastoral e ajuda emergencial às comunidades atingidas pela guerra. Desde 2022, foram apoiados 1.256 projetos no país, com investimentos de 30,35 milhões de euros. No Oriente Médio, a ACN ajuda a manter viva a presença cristã em países como Síria, Líbano e Iraque. Na África, apoia dioceses e congregações que trabalham em regiões marcadas pela pobreza, pela violência e pelo terrorismo, como Burkina Faso, Máli e Níger. Na Ásia, contribui para a formação de sacerdotes e catequistas, a construção de igrejas e a sustentação de comunidades cristãs minoritárias. Em muitos desses lugares, a ajuda material permite que sacerdotes, religiosas e leigos continuem oferecendo assistência espiritual e, frequentemente, também apoio humano e social às populações.

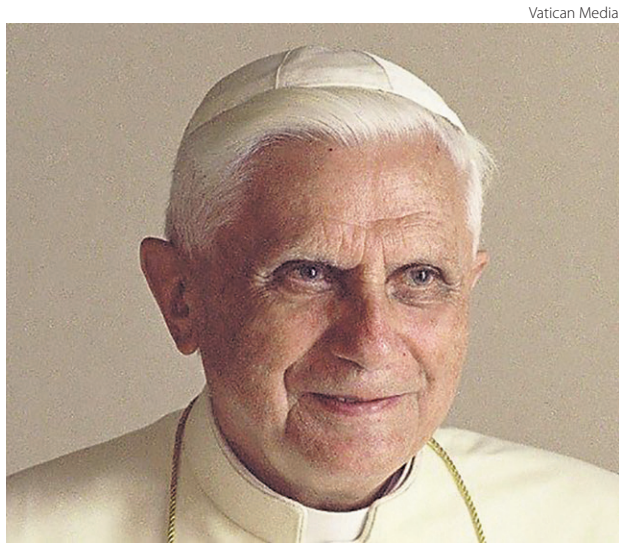
No Brasil, a ACN está presente com sua ajuda há mais de 60 anos e aprova atualmente mais de 200 projetos por ano. Entre eles estão a formação de seminaristas, o sustento de religiosas que trabalham em comunidades pobres, a construção e reforma de capelas, conventos e seminários, e a aquisição de veículos para sacerdotes e missionários que percorrem grandes distâncias, especialmente na Amazônia.

Bento XVI, a justiça e a caridade que se faz obra

Com sua característica lucidez, na Deus caritas est [DCE], Bento XVI explica as relações entre a caridade cristã e o universo da política.

Redação

Vatican Media



O amor do próximo, radicado no amor de Deus, é um dever antes de mais para cada um dos fiéis, mas também para a comunidade eclesial inteira, desde a comunidade local passando pela Igreja particular até à Igreja universal na sua globalidade[...] Com o passar dos anos e a progressiva difusão da Igreja, a prática da caridade confirmou-se como um dos seus âmbitos essenciais, juntamente com a administração dos Sacramentos e o anúncio da Palavra [...] A Igreja não pode descurar o serviço da caridade, tal como não pode negligenciar os Sacramentos nem a Palavra.

[DCE 20-22]

Desde o Oitocentos, vemos levantar-se contra a atividade caritativa da Igreja uma objeção: os pobres não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça. As obras de caridade seriam na realidade, para os ricos, uma forma de subtraírem-se à instauração da justiça e tranquilizarem a consciência [...] Algo de verdade existe nessa argumentação [... Mas] para definir com maior cuidado a relação entre o necessário empenho em prol da justiça e o serviço da caridade, é preciso anotar duas situações de fato que são fundamentais:

a) A justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política [...] A justiça é o objetivo e, consequentemente, também a medida intrínseca de toda a política [...] A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça, trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem.

b) O amor – *caritas* – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor, prepara-se para se desfazer do ser humano como tal. Sempre haverá sofrimento que necessita de consolação e ajuda. Haverá sempre solidão. Existirão sempre também situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo.

[DCE 26-29]

A caridade cristã é, em primeiro lugar, simplesmente a resposta àquilo que, em uma determinada situação, constitui a necessidade imediata [...] A competência profissional é uma primeira e fundamental necessidade, mas por si só não basta. Se trata de seres humanos, que necessitam sempre de algo mais que um tratamento apenas tecnicamente correto: têm necessidade de humanidade, precisam da atenção do coração [...] Por isso, além da preparação profissional, requer-se também e sobretudo a "formação do coração": aquele encontro com Deus em Cristo que suscita o amor e abre o íntimo ao outro [...] A atividade caritativa cristã deve ser independente de partidos e ideologias. Não é um meio para mudar o mundo de maneira ideológica, nem está ao serviço de estratégias mundanas, mas é atualização aqui e agora daquele amor de que o homem sempre tem necessidade [...] Isso, porém, não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar Deus e Cristo de lado. Muitas vezes é precisamente a ausência de Deus a raiz mais profunda do sofrimento. Quem realiza a caridade em nome da Igreja nunca procurará impor aos outros a fé da Igreja. Sabe que o amor, na sua pureza e gratuidade, é o melhor testemunho do Deus em que acreditamos e pelo qual somos impelidos a amar.

[DCE 31]

Leão XIV, os pobres e as obras na história

Escrevendo sobre o amor ao pobres, na Dilexit te [DT], Leão XIV percorre o caminho das obras nascidas da caridade na história da Igreja.

Redação

Vatican Media



O amor ao próximo é a prova tangível da autenticidade do amor a Deus [...] Por esta razão, recomendam-se as obras de misericórdia, qual sinal da autenticidade do culto que, ao louvar a Deus, tem por missão abrir-nos à transformação que o Espírito pode realizar em nós, para que todos nos tornemos imagem de Cristo e da sua misericórdia para com os mais fracos.

[DT 26-27]

A compaixão cristã manifestou-se de modo peculiar no cuidado com os doentes e sofredores [...] A tradição cristã de visitar os doentes, de lavar as suas feridas, de confortar os aflitos não se resume a uma mera obra de filantropia, mas é ação eclesial por meio da qual, nos enfermos, os membros da Igreja tocam a carne sofredora de Cristo [...] Hoje, esse legado continua em hospitais católicos, postos de saúde em regiões periféricas, missões sanitárias nas selvas, centros de acolhimento para toxicodependentes e hospitais de campanha em zonas de guerra. A presença cristã junto aos doentes revela que a salvação não é ideia abstrata, mas gesto concreto. No gesto de limpar uma ferida, a Igreja proclama que o Reino de Deus começa entre os mais vulneráveis.

[DT 49-52]

A vida monástica, nascida no silêncio dos desertos, foi desde o início um testemunho de solidariedade [...] São Basílio Magno [século IV], na sua Regra monástica, considerava a hospitalidade e o cuidado com os necessitados como parte integrante da espiritualidade monástica [...] Construiu em Cesareia, onde era bispo, um lugar conhecido como Basilíades, que incluía alojamentos, hospitais e escolas para os pobres e doentes. O monge, portanto, não era apenas um asceta, mas um servidor. [...] Para São Bento [séculos V e VI], a vida comunitária era uma escola de caridade [...] A tradição monástica ensina, portanto, que oração e caridade, silêncio e serviço, celas e hospitais, formam um único tecido espiritual.

[DT 53-58]

No final do século XVI, São José de Calasanz, impressionado pela falta de instrução e formação dos jovens pobres da cidade de Roma, deu vida à primeira escola pública popular e gratuita da Europa [... Ao longo da história] o ensino cristão forma não apenas profissionais, mas pessoas abertas ao bem, ao belo e à verdade. Sendo assim, a escola católica, quando fiel ao seu nome, torna-se espaço de inclusão, de formação integral e de promoção humana.

[DT 69-72]

Santa Teresa de Calcutá tornou-se ícone universal da caridade vivida até o extremo em favor dos mais indigentes, descartados pela sociedade [...] Ela mesma o disse: "O fruto do silêncio é a oração; o fruto da oração é a fé; o fruto da fé é o amor; o fruto do amor é o serviço, o fruto do serviço é a paz" [...] No Brasil, Santa Dulce dos Pobres – conhecida como o "anjo bom da Bahia" – encarnou o mesmo espírito evangélico com feições brasileiras.

[DT 77-78]

Devemos empenhar-nos cada vez mais em resolver as causas estruturais da pobreza [...] Qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretender subsistir tranquila sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e haja a inclusão de todos, correrá também o risco da sua dissolução, mesmo que fale de temas sociais ou critique os governos. Facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios [...] Quer por meio do vosso trabalho, quer pelo vosso empenho em mudar as estruturas sociais injustas, quer por meio daquele gesto de ajuda simples, muito pessoal e próximo, será possível que aquele pobre sinta serem para ele as palavras de Jesus: "Eu te amei" (Ap 3,9).

[DT 94-121]